



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

 /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5296 – 04 abril de 2016

Agência digital no Itaú Unibanco é inferno real

As denúncias sobre as condições de trabalho nas agências do Itaú Unibanco digital são frequentes e preocupantes. Excesso de jornada, pressões psicológicas por resultados de vendas e assédio moral são alguns problemas enfrentados diariamente pelos bancários.

A implantação das agências digitais é apresentada como uma iniciativa revolucionária, capaz de otimizar a relação bancário e cliente. Mas, o quadro atual é de funcionários desrespeitados e clientes insatisfeitos.

O local mais parece um setor de telemarketing do que uma agência efetivamente e o Itaú Unibanco descumpre todas as regras. De acordo com a lei, a jornada diária para teleatendimentos é de 6 horas com, no mínimo, 3 pausas (uma de 20 minutos e duas de 10 minutos), mas, nas unidades digitais o trabalho é de 8 horas com o headset, sobre pressão de venda e sem atentar para um atendimento de excelência. Não bastasse tudo isso, o banco ainda dificulta a inspeção para averiguação das denúncias e se abstém de questionamentos feitos pelos representantes dos trabalhadores.

Uma nova reunião da COE-Itaú (Comissão de Organização dos Empregados), acontece amanhã, 05/04 em SP, com a participação dos diretores do SindBancários Petrópolis, Geraldo de Oliveira e Sávio Barcellos, e no dia 06/04, a reunião será com o banco, para tratar sobre as denúncias envolvendo as agências digitais.

Trabalhadores ameaçados pela terceirização

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado se reuniu na quarta-feira (30/03), em Brasília, com o Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores ameaçados pela Terceirização.

A Comissão discutiu a importância das audiências públicas itinerantes, que percorreram os 26 estados, mais o Distrito Federal, para debater o PLC 30/2015, que regulamenta a terceirização. Um grande ato foi marcado para 17 de maio em Brasília para apresentação do relatório final das audiências.

A Contraf-CUT é uma das entidades que fazem parte do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores ameaçados pela Terceirização.

Antes de chegar no Senado, o projeto tramitou por mais de 10 anos na Câmara, sob a denominação de PL 4330/04, cujo desfecho foi a autoritária aprovação da matéria em abril de 2015, devido a manobras do presidente da casa, o deputado federal Eduardo Cunha, investigado na Operação Lava Jato e suspeito de diversos crimes de colarinho branco.

O Senador Paulo Paim (PT/RS) deverá apresentar no dia 17 de maio seu relatório final sobre o PLC 30/2015, mas já avisou que não será aceito nenhum direito a menos para os trabalhadores.



Bancos discriminam na contratação

Parece obsoleto dizer que ainda existe discriminação em processos seletivos de empregos. Mas foi um dos assuntos pautados na audiência pública, realizada na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, nesta segunda-feira (28/03).

Os bancos estão entre os que mais discriminam. Segundo estimativa, os negros correspondem a apenas 16% do quadro de funcionários das organizações financeiras. O índice subiu 4% em 4 anos, ou seja, 1% por ano. Para trabalhadores com deficiência, a porcentagem reservada é de 5% das vagas, mesmo assim não respeitada.

A CDH se comprometeu em solicitar junto à Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) dados concretos sobre o quadro atual de inclusão de negros, pessoas com deficiência e mulheres nos bancos.



Bancos sobem juros para patamares recordes

A taxa do cheque especial chegou a 293,9 % ao ano, alta de 1,6 ponto percentual a relação a janeiro, informou o Banco Central (BC) na terça 29/03. A taxa do rotativo do cartão de crédito também subiu. Em fevereiro, chegou a 447,5% ao ano, alta de 8 pontos percentuais em relação a janeiro. O rotativo do cartão de crédito, tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura, é a modalidade com taxa de juros mais alta na pesquisa do BC.